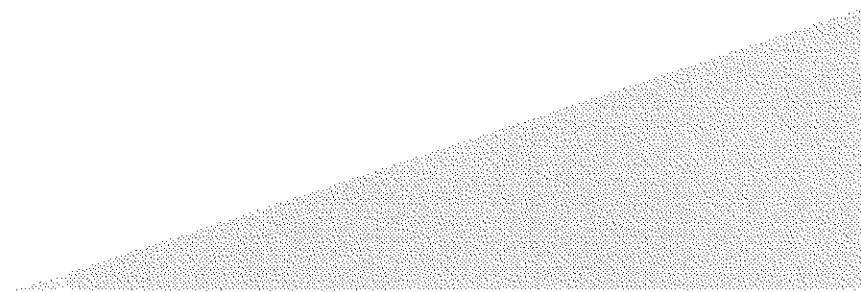


MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS, SROC, S.A.



RELATÓRIO DE AUDITORIA

MUNICÍPIO DE PORTO DE MÓS

Exercício de 2014

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Exmo.(s) Sr.(s)

Presidente da Câmara

Membros do Órgão Executivo

Membros da Assembleia-Municipal

Exmos. Senhores,

1. Este relatório anula e substitui o anterior, emitido em 1 de abril de 2015, em virtude da nota explicativa emitida pelo SATAPOCAL, em março de 2015, sem data, divulgada aos municípios por intermédio do ofício-circulado nº 000489-215 de 06/04/2015 da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) relacionada com a contabilização da contribuição dos municípios para o capital do Fundo de Apoio Municipal (FAM). Segundo esta orientação o contributo do município para o FAM deve ser contabilizado, na sua totalidade, no exercício de 2014 apesar do pagamento apenas ser efetuado no exercício de 2015 e nos exercícios seguintes. Face a esta contabilização o ativo e o passivo do município aumentaram em € 815.030,02, mantendo-se inalterado, o capital próprio, o resultado líquido do exercício e o endividamento.
2. O presente relatório é emitido com base na DRA 873 – Autarquias Locais e Entidades Equiparadas, da OROC.
3. Procedemos à revisão legal das contas do **Município de Porto de Mós** relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, de acordo com as Normas Técnicas de Revisão/Auditória aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas com data de 1 de abril de 2015.
4. De acordo com os artigos 76º e 77º da Lei 73/2013 de 3 de Setembro, compete ao Revisor Oficial de Contas:
 - 4.1. A emissão da Certificação Legal das Contas;
 - 4.2. A emissão da Certificação Legal das Contas Consolidadas;
 - 4.3. A verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
 - 4.4. Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considerem reveladores de graves dificuldades financeiras na prossecução do plano plurianual de investimentos do município;

- 4.5.** Proceder à verificação dos valores patrimoniais do município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- 4.6.** Remeter semestralmente aos órgãos executivos e deliberativo informação sobre a situação económica e financeira;
- 5.** O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, os seguintes:
- 5.1.** Acompanhamento da gestão do município, tendo solicitado e obtido os esclarecimento que considerámos necessários;
- 5.2.** Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo município e que se encontram divulgadas no anexo;
- 5.3.** Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
- 5.4.** Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e da extensão dos procedimentos de revisão/auditoria;
- 5.5.** Emissão do relatório semestral, conforme disposto na aliena d) do nº 2 do art. 77º da Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro;
- 5.6.** Realização dos seguintes testes substantivos, que consideramos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:
- a)** Verificação dos bens imóveis descritos. Comparação dos valores descritos no sector do património com os valores constantes na contabilidade;
 - b)** Observação das listas de inventariação física de existências e sua valorização, incluindo a apreciação das normas internas aplicáveis à sua execução;
 - c)** Confirmação direta e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes, fornecedores e outros devedores e credores) dos saldos das contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pelo município; nos casos em que não foi obtida resposta efetuámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários;
 - d)** Análise e teste às reconciliações bancárias preparadas pelo município;
 - e)** Análise das situações justificativas da constituição de ajustamentos para redução de ativos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
 - f)** Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à segurança social, caixa geral de aposentações e da ADSE;
 - g)** Análise e teste dos vários elementos de custos, de proveitos, de perdas e ganhos contabilizados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;
 - h)** Análise do orçamento e verificação do respetivo grau de execução orçamental;

- i) Apreciação da política de seguros do immobilizado, incluindo a atualização dos capitais seguros;
- j) Outros testes considerados relevantes.

5.7. Solicitação da declaração do órgão executivo.

6. Em consequência do trabalho efetuado entendemos dever relatar alguns aspetos que, por não terem materialidade, isoladamente ou em conjunto, não foram incluídos na Certificação Legal das Contas. Entendemos ainda dever relatar, dada a sua relevância e significado, alguns aspetos de controlo interno, de contabilidade e/ou de informação de gestão em uso ou outros, que poderão ser objeto de melhoria.
7. Finalmente cumpre-nos informar que apreciamos o relatório do órgão executivo e que verificamos a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício.
8. Como nota final, gostaríamos de salientar e agradecer toda a colaboração recebida dos colaboradores e responsáveis do município.

I. Introdução

1. O Município de Porto de Mós, adiante designado de município, encontra-se registado no Registo Nacional de Pessoas coletivas sob o número 505 586 401;
2. A sede do Município está localizada na Praça da República;
3. O objetivo estratégico do município passa pela promoção do bem-estar da população e a qualificação do concelho, assentes na valorização dos recursos, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável e da participação dos cidadãos. Para a prossecução destes objetivos a sua atividade baseia-se na matriz de competências e atribuições definidas no decreto-lei nº competências e atribuições definidas no decreto-lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.
4. Em 31 de dezembro de 2014, o município contava com 301 funcionários, sendo a contabilidade processada e supervisionada por técnico pertencente aos quadros do município.
5. Os membros do órgão executivo são assim compostos:

CARGO	TITULAR
Presidente	João Salgueiro
Vice-presidente	Albino Januário
Vereador	Anabela Martins
Vereador	Rui Marto
Vereador	Rita Cerejo
Vereador	António Ferreira
Vereador	Nélia Nogueira

6. Legislação específica: Lei 73/2013 de 3 de setembro – Lei das Finanças Locais; e POCAL.

II. Principais políticas contabilísticas

2.1. Políticas Contabilísticas da Autarquia

2.1.1. Amortizações e Reintegrações

Os critérios utilizados para as amortizações e reintegrações do imobilizado consideram-se, na generalidade, dentro dos limites da razoabilidade e apresentam-se consistentes com os que vinham a ser utilizados no exercício anterior.

2.1.2. Valorimetria

3.1.2.1 Existências

As existências de matérias-primas, subsidiárias e de consumo, encontram-se registadas ao custo de aquisição.

3.1.2.2 Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas estão registadas ao custo de aquisição, líquido das amortizações acumuladas.

3.1.2.3 Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas estão registadas ao custo de aquisição, líquido das amortizações acumuladas.

3.1.2.4 Investimentos financeiros

As participações financeiras detidas pelo Município de Porto de Mós encontram-se registadas ao custo de aquisição.

2.1.3. Especialização de exercícios

Não tivemos conhecimento de situações que coloquem em causa este princípio.

2.2. Conformidade das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do Município de Porto de Mós, com as salvaguardas referidas no presente relatório, estão em conformidade com as normas contabilísticas nacionais e internacionais aplicáveis, nomeadamente o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

III. Notas às contas do Balanço

As demonstrações financeiras à data de 31 de Dezembro de 2014, encontram-se nos anexos I e II do presente relatório. Os valores estão expressos em euros

3.1. Imobilizado

3.1.1. Imobilizado Incorpóreo

Os movimentos ocorridos nesta rubrica, no corrente exercício, foram os seguintes:

POC	DESIGNAÇÃO	31 DEZ 2013	AQUISIÇÕES	ABATES	TRANSFER.	31 DEZ 2014
43	IMOBILIZADO INCORPÓREO					
1	Despesas de Instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Despesas de Investigação e Desenvolv.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Propriedade Industrial e Outros Direitos	5 000,00	0,00	0,00	0,00	5 000,00
4	Trespasses	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443	Imobilizado em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL IMOB. BRUTO	5 000,00	0,00	0,00	0,00	5 000,00
48	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS					
31	Despesas de Instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Despesas de Investigação e Desenvolv.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Propriedade Industrial e Outros Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Trespasses	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	N E T	5 000,00	0,00	0,00	0,00	5 000,00

As imobilizações incorpóreas são amortizadas por um período de 3 anos, conforme critérios de valorimetria do POCAL (ponto 4.1.8.)

Não foram verificados movimentos na rubrica de imobilizado incorpóreo

3.1.2. Imobilizado Corpóreo

POC	DESIGNAÇÃO	31 DEZ 2013	AQUISIÇÕES	ABATES	TRANSFER.	31 DEZ 2014
42	IMOBILIZADO CORPÓREO					
1	Terrenos e Recursos Naturais	4 864 577,87	204 200,00	0,00	5 646,00	5 074 423,87
2	Edifícios e Outras Construções	26 763 143,43	394 630,00	57 584,39	3 877 305,65	30 977 494,69
3	Equipamento Básico	3 978 529,69	369 440,60	11 525,45	323 610,56	4 660 055,40
4	Equipamento Transporte	2 090 073,88	39 103,99	0,00	0,00	2 129 177,87
5	Ferramentas e Utensílios	123 516,89	8 608,52	0,00	0,00	132 125,41
6	Equipamento Administrativo	1 068 158,44	52 281,24	59 638,83	0,00	1 060 800,85
7	Taras e Vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Outras Imobilizações Corpóreas	71 541,45	5 690,70	0,00	16 698,48	93 930,63
	Sub-Total	38 959 541,65	1 073 955,05	128 748,67	4 223 260,69	44 128 008,72
442	Imobilizado em Curso	3 355 121,69	1 040 942,54	107 585,47	-3 730 890,00	557 588,76
448	Adiantamentos P/ Conta Imob. Corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO					
451	Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
453	Outras Construções e Infraestruturas	31 334 346,69	0,00	0,00	1 261 906,44	32 596 253,13
455	Bens Pat. Hist. Artístico	77 562,92	0,00	0,00	0,00	77 562,92
459	Outros Bens de Domínio Público	60 543,00	0,00	0,00	0,00	60 543,00
	Sub-Total	31 472 452,61	0,00	0,00	1 261 906,44	32 734 359,05
445	Imobilizado em Curso	907 912,66	1 266 588,81	0,00	-1 754 277,13	420 224,34
446	Adiantamentos P/ Conta O.B.D. Público	0,00				0,00
	TOTAL IMOB. BRUTO	74 695 028,61	3 381 486,40	236 334,14	0,00	77 840 180,87
48	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS					
21	Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Edifícios e Outras Construções	5 241 254,23	1 064 977,74	3 600,00	0,00	6 302 631,97
23	Equipamento Básico	2 426 650,19	408 791,68	11 013,17	0,00	2 824 428,70
24	Equipamento Transporte	1 631 216,18	92 638,99	0,00	0,00	1 723 855,17
25	Ferramentas e Utensílios	113 556,75	5 531,53	0,00	0,00	119 088,28
26	Equipamento Administrativo	1 008 440,92	41 479,35	59 611,92	0,00	990 308,35
27	Taras e Vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29	Outras Imobilizações Corpóreas	21 756,80	2 009,43	0,00	0,00	23 766,23
52	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Outras Construções e Infraestruturas	13 692 631,64	1 615 433,33	0,00	0,00	15 308 064,97
55	Bens Pat. Hist. Artístico	16 506,25	3 301,25	0,00	0,00	19 807,50
59	Outros Bens de Domínio Público	12 108,60	3 027,15	0,00	0,00	15 135,75
	TOTAL AMORTIZAÇÕES	24 164 121,56	3 237 190,45	74 225,09	0,00	27 327 086,92
	N E T	50 530 907,05	144 295,95	162 109,05	0,00	50 513 093,95

Dos movimentos ocorridos na rubrica de imobilizado corpóreo destacamos:

- Todas as aquisições de terrenos e edifícios em 2014, foram escrituradas e registadas na conservatória;
- A rubrica terrenos e recursos naturais sofreu um aumento, no valor de 204.200 euros, destacamos o registo de 200.000 euros de um terreno adquirido pelo município em 2013 para o Centro Escolar de Porto de Mós.
- Foi transferido para a conta de edifícios e outras construções o valor de 3.877.305,65 euros de imobilizado em curso, onde se destaca a conclusão do Centro escolar de Pedreiras, no valor de 1.234.550,25 euros.

- A rubrica de equipamento de transporte teve um aumento, destacamos a aquisição de um Veículo – Renault Laguna 3 Black Line 1,5.

Dos movimentos ocorridos na rubrica de Bens de Domínio Público destacamos a transferência do valor de 1.261.906,44 euros de outras construções e infraestruturas para Imobilizado corpóreo – edifícios e outras construções.

Os bens de domínio público: terrenos e recursos naturais e bens do património histórico e cultural não estão sujeitos a deperecimento, conforme estipulado na al. g), nº1 do art. 36º e na al. a).nº1 do art. 36º da Portaria nº 671/00 de 17 de Abril (CIBE), respetivamente.

Dos testes efectuados às amortizações do exercício, verificámos que os valores foram calculados de acordo com as taxas máximas previstas na Portaria nº 671/2000 (II série) de 17 de Abril.

Efectuamos o cruzamento entre os valores registados na contabilidade e os valores evidenciados nos mapas do património do Município não tendo sido detectado quaisquer diferenças.

De referir que as aquisições de imobilizado efectuado no exercício de 2014 se encontram devidamente autorizadas, tendo sido seguido o estipulado no manual de controlo interno.

Os imóveis do Município encontram-se cobertos por seguros.

Conforme nota 8.2.14 do ABDR, existe património que não está avaliado, e que por consequência, não se encontra reflectido nas contas do Município.

As participações financeiras detidas pelo Município à data de 31 de Dezembro de 2014 encontram-se registadas pelo custo de aquisição.

O saldo no balanço corresponde às seguintes participações:

Empresa	Valor da Participação	%	Método Aplicado
Investimentos financeiros			
Partes de capital			
Empresas municipais e intermunicipais			
Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	86 600,00	4,33%	Método Custo
Simlis - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A.	81 055,00	1,61%	Método Custo
Empresas privadas ou cooperativas			
WRC - Agência de Desenvolvimento Regional EIM, S.A.	7 500,00	0,55%	Método Custo
Mapicentro, S.A.	230,00	0,01%	Método Custo
Open Associação para Oportunidades Esp. De Negócio	500,00	0,00%	Método Custo
	175 885,00		
Obrigações e Títulos de Participação			
Fundo de Apoio Municipal (FAM)	815 030,02		
	815 030,02		
Total	990 915,02		

Os testes efectuados permitiram-nos concluir que, em termos globais, o valor contabilístico das participações é inferior ao seu custo de aquisição. Tendo em atenção o princípio da prudência o Município criou as seguintes provisões:

Empresa	Valor da Participação	Provisão
Investimentos financeiros		
Partes de capital		
Empresas municipais e intermunicipais		
Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	86 600,00	0,00
Simlis - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A.	81 055,00	81 055,00
Empresas privadas ou cooperativas		
WRC - Agência de Desenvolvimento Regional EIM, S.A.	7 500,00	3 703,84
Mapicentro, S.A.	230,00	117,51
Open Associação para Oportunidades Esp. De Negócio	500,00	0,00
Total	175 885,00	84 876,34

O valor da provisão constituída para o ano 2014 consideramos adequado.

Em virtude da nota explicativa emitida pelo SATAPOCAL, em março de 2015, sem data, divulgada aos municípios por intermédio do ofício-circulado nº 000489-215 de 06/04/2015 da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) relacionada com a contabilização da contribuição dos municípios para o capital do Fundo de Apoio Municipal (FAM). Segundo esta orientação o contributo do município para o FAM deve ser contabilizado, na sua totalidade, no exercício de 2014 apesar do pagamento apenas ser efetuado no exercício de 2015 e nos exercícios seguintes. Face a esta contabilização o ativo e o passivo do município aumentaram em € 815.030,02, mantendo-se inalterado, o capital próprio, o resultado líquido do exercício e o endividamento.

3.2. Existências

Existências	31.12.14	31.12.13
Mercadorias	1 453 642,89	1 456 935,95
Matérias-primas	11 361,23	12 477,26
Materias diversos	219 790,08	211 109,16
Total	1 684 794,20	1 680 522,37

O saldo de balanço respeita às mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo, em armazém à data de 31 de dezembro de 2014.

Foi realizada uma contagem física durante o ano 2014, a 31/12/2014,

Assistimos à contagem física efetuada pelo Município reportada à data de 31 de Dezembro de 2014.

Na sequência das contagens físicas, foram detetadas algumas diferenças entre sistema de gestão de stock (GES) e o existente em armazéns, que deu origem a uma regularização.

3.3. Clientes

À data de 31 de Dezembro de 2014 a decomposição desta rubrica é a seguinte:

Clientes	31.12.14	31.12.13
Clientes c/c	0,00	0,00
Contribuintes c/c	10 973,97	13 690,16
Utentes c/c	171 671,95	231 402,70
Clientes c/caução		
Clientes/Utentes/Cont. Cob. Duv.	85 618,58	19 147,59
Total	268 264,50	264 240,45

Locação financeira	
Caixa Leasing & Factoring	Valor em dívida 31/12/2014
Banco Comercial Português, S.A.	16 734,35 €
Banco Santander Totta	18 169,82 €
Banco BPI	13 931,50 €
	48 835,67 €

Tendo por base o estipulado no POCAL no ponto 2.7.1- provisões, o Município reforçou a provisão para clientes de cobrança duvidosa para 85.618,58 euros.

Dado que a maior parte dos clientes são particulares não foi efectuada a circularização dos saldos.

3.4. Estado e outros entes públicos

À data de 31 de Dezembro de 2014, a decomposição desta rubrica é a seguinte:

Estado e O. E. Públcos	31.12.14	31.12.13
Retenção de Imp. s/Rend	-31 262,73	-25 354,70
Imposto s/ Valor Acresentado	181 795,47	126 283,28
Restantes Impostos	0,00	0,00
Contribuições para a S.S. e CGA	-86 786,05	-27 090,19
Outras tributações	-1 292,01	-1 248,16
Total	62 454,68	72 590,23

O saldo da rubrica "Imposto sobre o valor a Acresentado" respeita a um valor a recuperar, no montante de 181.795,47 euros.

Em relação aos restantes impostos verificámos que, mensalmente, foram efetuadas as entregas dos valores retidos, dentro dos prazos legais, relativos às retenções na fonte sobre rendimentos de trabalho dependente e independente, os descontos para a segurança social, e aos valores respeitantes aos restantes impostos e outras tributações.

Testámos, por amostragem, igualmente a adequabilidade da aplicação das taxas de retenção na fonte, da segurança social e da caixa geral de aposentações, não tendo detetado discrepâncias.

3.5. Outros Devedores e Credores

À data de 31 de Dezembro de 2014, a decomposição desta rubrica é a seguinte:

Outros Devedores e Credores	31.12.14	31.12.13
Fornecedores de Imobilizado	11 375,10	42 718,51
Leasing	48 835,67	11 036,54
Sindicatos	3 170,43	3 234,03
Pessoal	3 501,53	31 529,17
Administração Autarquica	24 660,97	39 740,30
Devedores e Credores Diversos	1 344 807,94	488 814,96
Total	1 436 351,64	617 073,51

Efetuámos a circularização dos saldos de fornecedores de imobilizado à data de 31 de dezembro de 2014, selecionando 96,05%, do saldo. Em relação aos pedidos que não obtivemos resposta foram efetuados procedimentos alternativos que se revelaram satisfatórios.

Em virtude da nota explicativa emitida pelo SATAPOCAL, em março de 2015, sem data, divulgada aos municípios por intermédio do ofício-circulado nº 000489-215 de 06/04/2015 da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) relacionada com a contabilização da contribuição dos municípios para o capital do Fundo de Apoio Municipal (FAM). Segundo esta orientação o contributo do município para o FAM deve ser contabilizado, na sua totalidade, no exercício de 2014 apesar do pagamento apenas ser efetuado

no exercício de 2015 e nos exercícios seguintes. Face a esta contabilização o ativo e o passivo do município aumentaram em € 815.030,02, mantendo-se inalterado, o capital próprio, o resultado líquido do exercício e o endividamento.

Solicitamos ao Município o mapa de responsabilidades de crédito no Banco de Portugal, analisando a informação obtida e comparando-a com o saldo evidenciado no balanço.

Na rubrica do pessoal, foram testados com base numa amostra aleatória 86 recibos de vencimento (referentes ao processamento de salários do mês de março, junho, de setembro e de dezembro). Efetuamos, o cruzamento da informação constante na folha de remunerações com cadastro individual e testamos a adequação das taxas de retenção na fonte, das taxas de segurança social, das taxas da Caixa Geral de Aposentações e da ADSE. Da amostra selecionada não foram detetadas exceções dignas de realce.

A Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro - Orçamento do Estado para 2014 o Artigo 62º - Redução Trabalhadores Autarquias locais prevê que durante o ano 2014 as autarquias reduzam 2%, no mínimo, o número de trabalhadores, relativamente aos existentes em 31 dezembro 2013, sem prejuízo do art. 55º. Exceção: pessoal que assegura atividades de transferência /contratualização de competências da administração central para a local no âmbito da educação.

No final de cada trimestre, o município presta informação detalhada à DGAL sobre o cumprimento do objetivo supra.

O município, face ao ano de 2013, registou uma redução de 5 trabalhadores, afectos à autarquia (com excepção dos da área de educação), que corresponde a 2,87%, cumprindo a redução prevista no Orçamento do Estado para 2014.

3.6. Disponibilidades

À data de 31 de Dezembro de 2014 a decomposição desta rubrica é a seguinte:

Disponibilidades	31.12.14	31.12.13
Caixa	556,21	4 058,68
Depósitos à ordem		
Caixa Geral de Depósitos	666 776,43	10 048,52
Caixa Económica Montepio Geral	680 180,83	257 174,83
Novo Banco	23 960,45	22 454,46
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL	37 005,70	5 971,85
Banco Santander Totta	43 425,95	39 994,85
Millenium BCP	523 910,79	261 771,20
Banco BPI	30 011,29	36 675,07
Banco BIC	838 343,07	302 181,84
	<hr/> 2 843 614,51	<hr/> 936 272,62
Total	2 844 170,72	940 331,30

A caixa não funciona em sistema de fundo fixo, contudo, são efectuadas contagens diárias pelo responsável da caixa. O manual de controlo interno é cumprido pelos funcionários desta área

Procedemos à confirmação externa de saldos do banco Caixa Geral de Depósitos com referência a 31 de dezembro de 2014, tendo sido obtida resposta.

Efetuámos testes às reconciliações bancárias preparadas pelo Município com referência a 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2014, tendo-se verificado que as diferenças de conciliação se encontravam devidamente justificadas e materializadas.

À data de 31 de dezembro os depósitos a prazo do município ascendiam a € 1.506.594.

3.7. Acréscimos e diferimentos

A composição desta rubrica à data de 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

Acréscimos e Diferimentos	31.12.14	31.12.13
Acréscimos de proveitos	3 952 207,12	3 123 877,50
Custos diferidos	7 653,66	32 482,35
Acréscimos de custos	-608 537,20	-263 251,66
Proveitos diferidos	-11 973 830,68	-11 439 182,98
Total	-8 622 507,10	-8 546 074,79

Do total de saldo da rubrica acréscimos de proveitos evidenciamos o valor de 2.663.580,11 euros referente à estimativa do IMI, o montante de 464.626 euros relacionado com a derrama, a participação no IRS no valor 676.301 euros de 2014, a receber no ano de 2015. Dos testes efectuados consideramos que os valores diferidos são adequados.

No tocante aos custos diferidos salientamos a especialização dos seguros. Dos testes efectuados concluímos que os valores apurados são adequados.

Do valor evidenciado em acréscimos de custos, salientamos o montante de 441.725,33 euros referente à estimativa de custos com a remuneração de férias e subsídio de férias e o montante de 104.909,78 euros relativo aos encargos com férias e subsídio de férias, vencidos em 2014, a liquidar em 2015. Dos testes efectuados consideramos que a estimativa se releva adequada.

No respeitante aos proveitos diferidos salientamos o montante de 11.973.830,68 euros referentes aos subsídios recebidos. Os montantes não foram circularizados junto das respetivas entidades.

3.8. Fundos próprios

Os movimentos registados nesta rubrica no corrente exercício foram os seguintes:

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51 Capital	17 241 938,72 0,00	389 630,00		17 631 568,72 0,00
	40 076 770,99	389 630,00	0,00	40 466 400,99
55 Ajustamentos Partes Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
56 Reservas de Reavaliação	0,00			0,00
57 Reservas	0,00			0,00
571 Reservas Legais	684 322,38	204 479,06		888 801,44
572 Reservas Estatutárias	0,00			0,00
573 Reservas Contratuais	0,00			0,00
574 Reservas Livres	0,00			0,00
575 Subsídios	0,00			0,00
576 Doações	14 365,30	1 450,00		15 815,30
	608 776,01	205 929,06	0,00	904 616,74
59 Resultados Transitados	18 347 459,16	4 089 581,28	312 064,53	22 124 975,91
88 Resultado Líquido do Exercício	4 089 581,28	2 091 596,45	4 089 581,28	2 091 596,45
89 Dividendos Antecipados	0,00			0,00
T O T A L	26 885 523,94	6 776 736,79	4 401 645,81	29 260 614,92

Dos movimentos ocorridos salientamos:

- A transferência do resultado líquido do exercício de 2013 no valor de 4.089.581,28 euros, da seguinte forma:
 - Resultados transitados – 3.885.102,22 euros
 - Reservas legais – 204.479,06 euros
- A rubrica de património regista um aumento de 389.630 euros, devido à inventariação do edifício Dr. Luciano Justo Ramos pelo valor patrimonial apurado pela Autoridade Tributária.
- O resultado líquido do exercício de 2014 foi de 2.091.596,45 euros.

De acordo com as contas a 31 de dezembro de 2014 a conta de património evidencia um saldo de 17.631.568,72 euros, o que corresponde a cerca de 30% do ativo. Esta situação encontra-se em cumprimento com o previsto no ponto 2.7.3.4. do POCAL (é obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 corresponda a 20% do ativo).

3.9. Dívidas a instituições de crédito

A composição da rubrica, à data de 31 de Dezembro de 2014, é a seguinte:

Dívidas a Instituições de Crédito	31.12.14	31.12.13
Empréstimos Bancários		
Caixa Geral de Depósitos	1 199 080,04	1 353 238,46
Banco Santander Totta	329 919,51	369 743,75
Banco BPI	1 294 345,73	1 457 768,52
Novo Banco	415 384,64	461 538,48
Total	3 238 729,92	3 642 289,21

Solicitamos ao município o mapa de responsabilidades de crédito no Banco de Portugal, onde analisámos a informação obtida comparando-a com o saldo evidenciado no balanço, não tendo sido encontradas discrepâncias.

3.10. Fornecedores

A composição desta rubrica à data de 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

Fornecedores	31.12.14	31.12.13
Fornecedores c/c	147 851,67	367 914,46
Fornecedores p/vendas a dinheiro	0,00	0,00
Total	147 851,67	367 914,46

Efetuamos a circularização dos saldos de fornecedores à data de 31 de dezembro de 2014. Selecioneámos 75,28% do saldo tendo obtido resposta de 17,95%. Destes, 4,87% eram respostas concordantes e 13,08% respostas reconciliados. Em relação aos fornecedores que não responderam (82,05%) efetuamos procedimentos alternativos que se revelaram satisfatórios.

3.11. Provisões para Riscos e Encargos

No âmbito do processo de circularização junto dos advogados que prestam serviços ao município obtivemos resposta dos seguintes advogados/sociedades de advogados: Lúcia Lima Mendes e vpsm & Associados-sociedade de advogados, R.L.

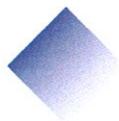
Identificamos 7 ações judiciais em curso à data de 31 de dezembro de 2014. O valor destas ações totaliza € 1.551.921. Em relação a duas ações que totalizam € 593.832,72 o município ganhou mas os autores recorreram e em relação a 4 ações que totalizam € 118.726,05 os advogados são da opinião que não haverá responsabilidades para o município.

No entanto, em relação a uma ação judicial, que reclama uma indemnização de € 839.363,00, os advogados são da seguinte opinião “*O resultado do recurso jurisdicional intreposto e a prova que vier a ser produzida na audiência de discussão e julgamento serão fatores relevantes na determinação de eventuais responsabilidades a atribuir ao município*”.

Esta responsabilidade, decorrente de risco de natureza específica, susceptível de, no futuro, se traduzir numa obrigação para o município não está relevada nas demonstrações financeiras.

Conforme decorre do ponto 2.7.1. do POCAL “*a constituição de provisões deve respeitar apenas situações a que estejam associados riscos e em que não se trate de uma simples estimativa de um passivo certo, não devendo a importância ser superior às necessidades(...)* são consideradas situações a que estejam associados riscos as que se referem, nomeadamente(...) a obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso”.

Apesar do orgão executivo, tal como é referido no ponto 8.2.3. das notas ao balanço e à demonstração de resultados, não prever quaisquer responsabilidades para o município, tendo em atenção o princípio da prudência, previsto no POCAL, aconselhamos que



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

o município constitua uma provisão para este possível encargo. A criação de uma provisão, no exercício de 2014, iria diminuir o resultado e aumentar o passivo em € 839.363,00.

Este parece ser também o entendimento do Tribunal de Contas, onde no seu relatório nº9/2013 – 2^a seção, relativo a uma auditoria financeira realizada ao município do Alandroal, conclui o seguinte: “*Na sequência das investigações realizadas junto dos serviços de apoio jurídico apura-se a existência de 34 ações judiciais (...) envolvendo a reclamação de verbas no montante M€ 2,4. A autarquia não constituiu provisões para riscos e encargos decorrentes das referidas ações judiciais (...)*”; recomendando o seguinte: “*Dar maior rigor e ponderação na constituição de provisões (...) para riscos e encargos de modo a espelhar no balanço, de forma adequada, riscos e responsabilidades de ocorrência provável ou certa, mas incerta quanto ao seu valor ou data de ocorrência.*”

IV. Análise económica e financeira

Da análise comparativa ao balanço e à demonstração de resultados, evidenciamos:

- As contas de imobilizado representam 85,3% do ativo do município. Destas, são as imobilizações corpóreas e os bens de domínio público, as rubricas mais relevantes;
- Em relação às restantes rubricas do ativo destacamos o aumento de 204% nos depósitos bancários;
- Face ao período homólogo o ativo aumento 6,02%;
- As principais rúbricas do passivo são os proveitos diferidos (68,3%) e as dívidas a instituições de crédito (18,5%);
- As dívidas a terceiros, de curto prazo e de médio/longo prazo, reduziram-se em 21,5% e 11,1%, respetivamente. De realçar a redução de cerca de 60% das dívidas a fornecedores e de 73% das dívidas a fornecedores de imobilizado;
- As principais rubricas de custos são os custos com o pessoal (32,26%), os fornecimentos e serviços externos (33,68%) e as amortizações do exercício (19,81%). Face ao verificado no período homólogo os custos com o pessoal aumentaram 3,57%, as amortizações do exercício aumentaram 8,12% e os fornecimentos e serviços reduziram-se em 3,27%;
- A principal rubrica de proveitos são as transferências e subsídios obtidos, que face ao período homólogo diminuiu 8,60%;
- De registar uma diminuição de cerca de €2.027.781 nos impostos e taxas, o que representa uma diminuição de 32,43% face ao verificado no ano anterior. Esta diminuição deve-se ao facto de em 2013 ter sido contabilizado o valor do IMI e da derrama referente ao ano de 2012 (recebido em 2013) e a estimativa do IMI e da derrama de 2013 a receber em 2014. No exercício de 2014, apenas foi contabilizado o IMI e a derrama referente ao ano 2014, a receber em 2015;
- Os custos financeiros sofreram um acréscimo, face ao ano anterior, devido essencialmente à constituição de provisões para os investimentos financeiros;
- Os proveitos e ganhos extraordinários aumentaram 103,93%, uma vez que o montante recebido de derrama e de IMI, referente ao ano de 2013, foi superior ao que tinha sido estimado (e contabilizado em 2013);
- O resultado líquido do exercício e os resultados operacionais diminuíram face ao ano anterior, enquanto que os resultados financeiros e os resultados extraordinários apresentam melhorias.

V. Principais rácios financeiros

Em termos financeiros, passamos a evidenciar a evolução do Município:

	Indicadores	2014		2013		Variação
Equilíbrio de curto prazo	Liquidez Geral	Ativo Circulante Passivo Circulante	4 897 821,52 892 929,29	548,51% 359,83%	2 992 229,82 1 311 707,45	262,94% 115,27%
	Liquidez Reduzida	Ativo circulante - existências Passivo circulante	3 213 027,32 892 929,29	318,52%	940 331,30 1 137 991,02	82,63% 235,89%
	Liquidez imediata	Disponibilidades Passivo circulante	2 844 170,72 892 929,29			
	Indicador das imobilizações I	Capitais permanentes Imobilizado líquido	46 806 517,76 51 424 132,63	91,02%	44 019 956,05 50 711 792,05	86,80% 4,22%
	Indicador das imobilizações II	Capitais alheios de c p Imobilizado líquido	892 929,29 51 424 132,63	1,74%	1 137 991,02 50 711 792,05	2,24% -0,51%
	Endividamento	Passivo Ativo Líquido	17 529 057,11 60 281 814,93	29,08%	16 482 714,87 56 860 381,72	28,99% 0,09%
Endividamento	Estrutura de endividamento I	Dívidas de MLP Passivo	4 053 759,94 17 529 057,11	23,13%	3 642 289,21 16 482 714,87	22,10% 1,03%
	Estrutura de endividamento II	Dívida financeira de MLP Passivo	3 238 729,92 17 529 057,11	18,48%	3 642 289,21 16 482 714,87	22,10% -3,62%
	Estrutura de endividamento III	Dívidas de CP Passivo	892 929,29 17 529 057,11	5,09%	1 137 991,02 16 482 714,87	6,90% -1,81%

VI. Análise à execução orçamental

A análise da execução orçamental com referência ao período em apreço é realizada comparando os montantes executados com o orçamento anual.

Com referência a 31 de dezembro de 2014 a execução orçamental do Município pode ser analisada como se segue:

EXECUÇÃO DA DESPESA	VALOR	%	EXECUÇÃO DA RECEITA	VALOR	%
DESPESAS CORRENTES	11 555 650,75	90%	RECEITAS CORRENTES	15 306 666,65	101%
DESPESAS DE CAPITAL	4 019 156,70	78%	RECEITAS DE CAPITAL	2 113 426,04	83%
TOTAL	15 574 807,45	86%	OUTRAS RECEITAS	374 075,86	99%
			TOTAL	17 794 168,55	99%

Em termos globais e aritméticos, a execução orçamental do Município de Porto de Mós com referência a 31 de dezembro de 2014, apresenta-se positiva, tendo em conta que a execução da receita total (99%) é superior à execução da despesa total (86%). Contudo, a execução encontra-se, na sua generalidade, abaixo do orçamentado, com exceção das receitas correntes.

Chama-se a atenção que para efeitos do n.º 3 do Art.º 56 da lei 73/2013 de 3 de Setembro, caso o Município apresente em dois anos consecutivos uma taxa de execução de receita inferior a 85% do previsto no orçamento são desencadeados os mecanismos de alerta definidos naquele artigo.

6.1. Controlo orçamental da receita¹

Como se pode verificar pelo quadro a seguir apresentado, com referência a 31 de dezembro de 2014, a receita executada ficou abaixo do orçamento efetuado (desvio de cerca de € -243.442,99, -1,35%).

CÓDIGO	DESCRIPÇÃO	PREVISÃO INICIAL	PESO %	Receita Cobrada Líquida N	GRAU DE EXECUÇÃO	GRAU DE EXECUÇÃO N-1
01	IMPOSTOS DIRECTOS	3.259.680,00	18,1%	4.007.449,18	122,94%	109,7%
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	103.043,00	0,6%	80.786,50	78,40%	75,7%
04	TAXAS MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	231.159,00	1,3%	261.154,96	112,98%	98,0%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.030.000,00	5,7%	1.209.387,09	117,42%	78,1%
06	TRANSFERENCIAS CORRENTES	7.626.362,00	42,3%	7.475.659,73	98,02%	94,8%
07	VENDAS DE BENS E SERVIÇOS	2.797.012,00	15,5%	2.215.881,04	79,22%	72,5%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	55.000,00	0,3%	56.348,15	102,45%	26,3%
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES		15.102.256,00	83,7%	15.306.666,65	101,35%	91,91%
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	654.902,38	3,6%	164.288,02	25,09%	6,65%
10	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.877.976,62	10,4%	1.863.513,02	99,23%	64,98%
11	ACTIVOS FINANCEIROS	5.000,00	0,0%	0,00	0,00%	0,00%
12	PASSIVOS FINANCEIROS	0,00	0,0%	0,00	-	-
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	20.000,00	0,1%	85.625,00	428,13%	714,29%
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL		2.557.879,00	14,2%	2.113.426,04	82,62%	55,30%
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	5.000,00	0,0%	1.599,32	31,99%	5,02%
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	372.476,54	2,1%	372.476,54	100,00%	100,00%
TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS		377.476,54	2,1%	374.075,86	99,10%	97,09%
TOTAL		18.037.611,54	100,0%	17.794.168,55	98,65%	85,80%

¹ Para efeitos de cálculo consideramos a receita líquida.

As receitas com maior peso contempladas no orçamento são essencialmente os impostos diretos (representam 18,1% do total das receitas), as transferências correntes (representam 42,3% do total das receitas) e as vendas de bens e serviços (representam 15,5% do total das receitas).

Podemos também verificar que, das receitas correntes, as receitas de: impostos diretos, taxas multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade e outras receitas correntes ficaram acima do montante orçamentado. Nenhuma receita de capital ficou acima no montante orçamentado, com exceção das outras receitas de capital.

A taxa de execução da receita corrente e da receita de capital, em comparação com o período homólogo, teve uma variação positiva de 9,45% e de 27,33%, respetivamente. No global a taxa de execução da receita teve uma variação positiva de 12,86%.

6.2. Controlo orçamental da despesa

Como se pode verificar pelo quadro a seguir apresentado, com referência a 31 de dezembro de 2014, a despesa executada ficou abaixo do orçamento efetuado em cerca de € -2.462.804,09 (desvio de cerca de -13,65%).

CÓDIGO	DESCRIPÇÃO	DOTAÇÕES	PESO %	DESPESA PAGA	GRAU DE EXECUÇÃO	GRAU DE EXECUÇÃO N-1
01	CUSTOS COM O PESSOAL	4.905.165,00	27,19%	4.610.720,29	94,00%	97,03%
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	6.890.926,54	38,20%	6.036.860,30	87,61%	82,26%
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	85.700,00	0,48%	34.459,42	40,21%	39,93%
04	TRANSFERENCIAS CORRENTES	834.720,00	4,63%	756.437,53	90,62%	89,91%
05	SUBSÍDIOS	400,00	0,00%	0,00	0,00%	-
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	140.500,00	0,78%	117.173,21	83,40%	61,62%
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES		12.857.411,54	71,28%	11.555.650,75	89,88%	87,74%
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	3.991.900,00	22,13%	3.149.130,00	78,89%	74,72%
08	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	496.950,00	2,76%	420.772,06	84,67%	71,23%
09	ACTIVOS FINANCEIROS	50,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
10	PASSIVOS FINANCEIROS	600.000,00	3,33%	403.559,29	67,26%	90,79%
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	91.300,00	0,51%	45.695,35	50,05%	93,72%
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL		5.180.200,00	28,72%	4.019.156,70	77,59%	76,35%
TOTAL		18.037.611,54	100,00%	15.574.807,45	86,35%	83,96%

As despesas com maior peso contempladas no orçamento são essencialmente as despesas com o pessoal (representam 27,19% do total das despesas), a aquisição de bens e serviços (representam 38,20% do total das despesas) e as aquisições de bens de capital (representam 22,13% do total das despesas).

Podemos também verificar que nenhuma despesa ficou acima do montante orçamentado.



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

As despesas correntes e as despesas de capital tiveram um grau de execução de 89,88% e de 77,59% respetivamente, o que face ao período homólogo representa uma melhoria, de 2,14% e de 1,24%, respetivamente. No global a taxa de execução da despesa apresentou uma melhoria de 2,39%.

A poupança corrente foi de € 3.751.015,90.

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, nº 619 – Ed. Mond – Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821777 * Fax: 239 841027
Email: marquesdealmeida.roc@gmail.com

Sede
Rua Batalha Reis, nº 81, 2º
6300- 668 GUARDA
Tel: 271 227303 * Fax: 271 227304
Email: vsrcoc@mail.telepac.pt

Delegação Viseu
Av. Alberto Sampaio, nº 65 – 1º Posto/Esp
3510 – 030 VISEU
Tel: 232 435277 * Fax: 232 435279
Email: cff consultores@mail.telepac.pt

6.3. Ráculos orçamentais

Os principais ráculos orçamentais são:

Indicadores	2014		2013		Varição	Observações
Receita líquida total	17 794 168,55	114,25%	16 166 897,62	102,19%	12,06%	Mede a capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais
Despesa total paga	15 574 807,45		15 820 417,87			
Receita corrente	15 306 666,65	86,02%	13 914 956,68	86,07%	-0,05%	Mede o peso das receitas correntes no total de receitas cobradas
Receita total	17 794 168,55		16 166 897,62			
Receita corrente	15 306 666,65	132,46%	13 914 956,68	125,98%	6,48%	Mede a capacidade das receitas correntes cobradas cobrirem as despesas correntes pagas
Despesa correntes	11 555 650,75		11 045 115,91			
Impostos diretos	4 007 449,18	26,18%	3 541 073,49	25,45%	0,73%	Mede o peso dos impostos diretos no total de receitas correntes
Receita corrente	15 306 666,65		13 914 956,68			
Receita de capital	2 113 426,04	11,88%	1 777 444,78	10,99%	0,88%	Mede o peso das receitas de capital no total das receitas cobradas
Receita total	17 794 168,55		16 166 897,62			
Receita de capital	2 113 426,04	52,58%	1 777 444,78	37,22%	15,36%	Mede a capacidade das receitas de capital cobradas cobrirem as despesas de capital pagas
Despesa de capital	4 019 156,70		4 775 301,96			
Despesa corrente	11 555 650,75	74,19%	11 045 115,91	69,82%	4,38%	Mede o peso da despesa corrente no total de despesa paga
Despesa total	15 574 807,45		15 820 417,87			
Despesa de capital	4 019 156,70	25,81%	4 775 301,96	30,18%	-4,38%	Mede o peso da despesa de capital no total de despesa paga
Despesa total	15 574 807,45		15 820 417,87			
Despesas rígidas	5 048 739,00	32,42%	5 275 621,61	33,35%	-0,93%	Mede o peso que os custos com o pessoal, os juros e outros encargos e os passivos financeiros no total da despesa paga
Despesa total	15 574 807,45		15 820 417,87			
Despesas rígidas	5 048 739,00	28,37%	5 275 621,61	32,63%	-4,26%	Mede o peso que os custos com o pessoal, os juros e outros encargos, os passivos financeiros e as div. no total da receita
Receitas totais	17 794 168,55		16 166 897,62			
Aquisição de bens de capital	3 149 130,00	20,22%	3 742 543,15	23,66%	-3,44%	Mede o peso das despesa com aquisição de bens de capital no total da despesa paga
Despesa total	15 574 807,45		15 820 417,87			

O ráculo da receita líquida total/despesa total paga apresenta-se equilibrado, ou seja as receitas totais disponíveis são superiores à despesas totais pagas. Face a 2013 este ráculo regista uma melhoria de 12,06%.

6.4. Principais indicadores orçamentais

Os principais indicadores orçamentais são:

Indicadores	2014	2013	Variação	Observações
Poupança corrente	3 751 015,90	2 869 840,77	881 175,13 30,70%	
Taxa das receitas orçamentadas e não cobradas	1,35%	14,20%	-12,86%	Caso a taxa de execução da receita seja baixa (<90%), estamos perante uma prática de empolamento da previsão das receitas orçamentais. A diferença entre as receitas orçamentadas e as receitas cobradas permite a realização de despesas no referido montante, sem que para tal haja disponibilidades financeiras.
Desfasamento entre a receita orçamentada e a receita cobrada	-243 442,99	-2 676 674,96	2 433 231,97	
Equilíbrio orçamental corrente	132,46%	125,98%	6,48%	
Equilíbrio orçamental de capital	52,58%	37,22%	15,36%	É normal existir equilíbrio financeiro em sentido formal, i.e., as receitas totais disponíveis são superiores às despesas totais pagas. Quando não existe equilíbrio orçamental em sentido substancial, indica que o Município perde a capacidade para fazer face, de uma forma atempada, aos compromissos de curto prazo perante terceiros.
Equilíbrio orçamental em sentido formal	114%	102%	12,06%	
Equilíbrio orçamental em sentido substancial	108%	95%	12,72%	

Pelo quadro supra podemos constatar que a poupança corrente aumentou 30,70% (€ 881.175) face à verificada no ano anterior.

Em 2014 as receitas cobradas foram inferiores às receitas orçamentadas em € -243.442,99, enquanto que em 2013, as receitas cobradas face às receitas orçamentadas apresentaram um défice de € -2.676.674,96. Ou seja, há uma melhoria de cerca de € 2.433.231,97, face ao verificado no ano anterior.

O orçamento do município apresenta equilíbrio financeiro em sentido formal e em sentido substancial.

Delegação Coimbra

Av. Fernão de Magalhães, nº 619 – Ed. Mond – Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821777 * Fax: 239 841027
Email: marquesdealmeida.roc@gmail.com

Sede

Rua Batalha Reis, nº 81, 2º
6300- 668 GUARDA
Tel: 271 227303 * Fax: 271 227304
Email: vsroc@mail.telepac.pt

Delegação Viseu

Av. Alberto Sampaio, nº 65 – 1º Post/Esg
3510 – 030 VISEU
Tel: 232 435277 * Fax: 232 435279
Email: cff.consultores@mail.telepac.pt

VII. Pagamentos em atraso, fundos disponíveis e Dívida total

De acordo com o mapa de pagamentos em atraso calculado pela DGAL o Município não tem pagamentos em atraso. O prazo médio de pagamentos é de 16 dias.

Os fundos disponíveis a Dezembro de 2014 eram positivos em € 3.177.045,59.

De acordo com Lei n.º 73/2013 de 03/09, que revoga a Lei n.º 2/2007, os municípios que ultrapassem o limite da dívida total (1,5 vezes a média receita corrente líquida cobrada do três últimos exercícios) devem recorrer a um dos mecanismos de recuperação financeira previstos: saneamento financeiro ou recuperação financeira. O recurso facultativo ou obrigatório a um daqueles mecanismos deve ser da seguinte forma:

Dívida total em relação à média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos exercícios	Saneamento Financeiro	Recuperação Financeira
1 $\geq 1 \text{ e } \leq 1,5$	FACULTATIVO	-
2 $> 0,75$ (dívida total excluindo empréstimos)	OBRIGATÓRIO	-
3 $> 1,5 \text{ e } < 2,25$	OBRIGATÓRIO	-
4 $\geq 2,25 \text{ e } \leq 3$	OBRIGATÓRIO	FACULTATIVO
5 > 3	-	OBRIGATÓRIO

A 31 de Dezembro de 2014 o Município não se encontra em situação passível de recurso a um dos mecanismos de recuperação financeira referidos no art. 57º da mesma Lei.

Limite à dívida total		
Receita líquida corrente cobrada nos últimos três anos		Montante
2011		12.931.109
2012		12.826.213
2013		13.914.957
Total		39.672.279
<hr/>		
Média		13.224.093
<hr/>		
Limite à dívida total das operações orçamentais		19.836.140
$(1,5 \times (\text{RCL N-1} + \text{RCL N-2} + \text{RCL N-3}))$		



MARQUES DE ALMEIDA,

J. NUNES, V. SIMÕES

& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

O limite da dívida é de € 19.836.140, sendo a dívida total, excluindo as dívidas não orçamentais de € 3.564.725 (não obtivemos dados CEPAE, pelo que o valor da dívida total poderá ser superior).

	2013	2014
Dívida total	4 780 280	4 131 659
Dívida do art. 54º relevante para a dívida total	47 145	32 216
Dívidas não orçamentais	<u>567 848</u>	<u>599 151</u>
Dívida total (excluindo dívidas não orçamentais)	4 259 577	3 564 725
Margem absoluta	15 576 563	16 271 415
Margem utilizável no ano seguinte	3 115 313	3 810 165
Redução do montante em excesso	-	-

Face ao verificado a 31 de dezembro de 2013 a dívida total diminuiu, sendo a margem do município de € 3.810.165.

O art. 40º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro refere que "Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas...sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita bruta corrente cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo."

Pelo quadro infra podemos verificar que o Município de Porto de Mós cumpre o disposto no referido artigo.

Ano de 2014	Montante
(1) Valor das receitas correntes brutas	15 332 325,56
(2) Despesa corrente	11 555 650,75
(3) Amortizações médias dos empréstimos	342 398,06
TOTAL (1) - (2) - (3)	3 434 276,75
Equilíbrio orçamental (art. 40º da Lei 73º/2013 de 3/09)	SIM

MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

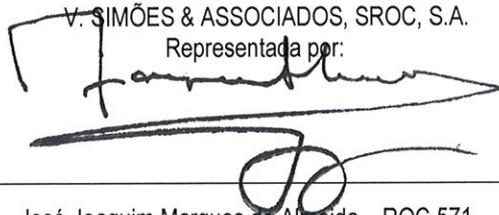
NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

Cumpre-nos ainda referir, que se encontra em conformidade o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2014 e que não tivemos, ao longo do período de desempenho das funções de fiscalização, conhecimento de quaisquer factos ou situações que mereçam reparo destacável à sua expressa divulgação, pois tudo se encontra divulgado no Anexo.

Coimbra, 10 de Abril de 2015

MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES,
V. SIMÕES & ASSOCIADOS, SROC, S.A.

Representada por:



José Joaquim Marques de Almeida – ROC 571

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, nº 619 – Ed. Mond – Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821777 * Fax: 239 841027
Email: marquesdealmeida.roc@gmail.com

Sede
Rua Batalha Rois, nº 81, 2º
6300- 668 GUARDA
Tel: 271 227303 * Fax: 271 227304
Email: vsroc@mail.telepac.pt

Delegação Viseu
Av. Alberto Sampaio, nº 65 – 1º Post/Esq
3510 – 030 VISEU
Tel: 232 435277 * Fax: 232 435279
Email: cff.consultores@mail.telepac.pt

ANEXO I

	31.12.2014		31.12.2013		Variação	
					Valor	%
Activo						
Imobilizado:						
Bens de Domínio Público	17 811 575,17 €	29,5%	18 659 118,78 €	33%	- 847 543,61 €	-4,5%
Imobilizações Corpóreas	32 701 518,78 €	54,2%	31 871 788,27 €	56%	829 730,51 €	2,6%
Imobilizações Incorpóreas	5 000,00 €	0,0%	5 000,00 €	0%	- €	0,0%
Investimentos Financeiros	906 038,68 €	1,5%	175 885,00 €	0%	730 153,68 €	415,1%
	51 424 132,63 €	85,3%	50 711 792,05 €	89,2%	712 340,58 €	1,40%
Circulante:						
Existências	1 684 794,20 €	2,8%	1 680 522,37 €	3%	4 271,83 €	0,25%
Dividas de Terceiros - Médio e longo prazo						
Clientes	- €	0,00%	- €	0%	- €	n.a.
	- €		- €		- €	n.a.
Dividas de Terceiros - Curto Prazo						
Clientes c/c		0,0%		0%	- €	n.a.
Contribuintes c/c	10 973,97 €	0,0%	13 690,17 €	0%	2 716,20 €	-19,84%
Utentes c/c	171 671,95 €	0,3%	231 402,70 €	0%	59 730,75 €	-25,81%
Clientes / Contribuintes / Utentes Cobrança Duvidosa		0,0%		0%	- €	n.a.
Estado e Outros Entes Públicos	181 795,47 €	0,3%	126 283,28 €	0%	55 512,19 €	43,96%
Outros Devedores	4 415,21 €	0,0%		0%	4 415,21 €	n.a.
	368 856,60 €		371 376,15 €		- 2 519,54 €	-0,68%
Títulos Negociáveis	- €		- €		- €	n.a.
Depósitos Bancários e Caixa						
Depósitos Bancários	2 843 614,51 €	4,7%	936 272,62 €	2%	1 907 341,89 €	203,72%
Caixa	556,21 €	0,0%	4 058,68 €	0%	3 502,47 €	-86,30%
	2 844 170,72 €		940 331,30 €		1 903 839,42 €	202,46%
Acréscimos e Diferimentos						
Acréscimos de Proveitos	3 952 207,12 €	6,6%	3 123 877,50 €	5%	828 329,62 €	26,52%
Custos Diferidos	7 653,66 €	0,0%	32 482,35 €	0%	24 828,69 €	-76,44%
	3 959 860,78 €		3 156 359,85 €		803 500,93 €	25,46%
Total do Activo	60 281 814,93 €	100%	56 860 381,72 €	100%	3 421 433,22 €	6,02%

Delegação Coimbra

Av. Fernão de Magalhães, nº 619 – Ed. Mond – Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821777 * Fax: 239 841027
Email: marquesdealmeida.rocc@gmail.com

Sede

Rua Batalha Reis, nº 81, 2º
6300- 668 GUARDA
Tel: 271 227303 * Fax: 271 227304
Email: vsrcoc@mail.telepac.pt

Delegação Viseu

Av. Alberto Sampaio, nº 65 – 1º Post/Esg
3510 – 030 VISEU
Tel: 232 435277 * Fax: 232 435279
Email: off.consultores@mail.telepac.pt

	31.12.2014		31.12.2013		Variação	
					Valor	%
Capital Próprio e Passivo						
Capital Próprio:						
Património	17 631 568,72 €	41%	17 241 938,72 €	43%	389 630,00 €	2,3%
Ajustamentos Partes de Capital		0,0%		0%	- €	n.a.
Reservas de Reavaliação		0,0%		0%	- €	n.a.
Reservas Legais	888 801,44 €	2,1%	684 322,38 €	2%	204 479,06 €	29,9%
Reservas Estatutárias		0,0%		0%	- €	n.a.
Reservas Livres		0,0%		0%	- €	n.a.
Subsídios		0,0%		0%	- €	n.a.
Doações	15 815,30 €	0,0%	14 365,30 €	0%	1 450,00 €	10,1%
Resultados Transitados	22 124 975,91 €	51,8%	18 347 459,16 €	45%	3 777 516,75 €	20,6%
Resultado Líquido do Exercício	2 091 596,45 €	4,9%	4 089 581,28 €	10%	- 1 997 984,83 €	-48,9%
Total do Capital Próprio	42 752 757,82 €	100%	40 377 666,84 €	100%	2 375 090,98 €	5,9%
Passivo:						
Provisões para riscos e encargos						
Outras provisões p/ riscos e encargos	- €	0,0%		- €	- €	n.a.
Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo						
Dívidas a Instituições de Crédito	3 238 729,92 €	18,5%	3 642 289,21 €	22%	- 403 559,29 €	-11,1%
Fornecedores de Imobilizado C/C		0,0%		0%	- €	n.a.
Credores das administrações públicas	815 030,02 €	4,6%	- €	0,0%	815 030,02 €	n.a.
	4 053 759,94 €		3 642 289,21 €		411 470,73 €	11,3%
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo						
Dívidas a Instituições de Crédito		0,0%		0%	- €	n.a.
Fornecedores c/c	147 851,67 €	0,8%	367 914,46 €	2%	- 220 062,79 €	-59,8%
Fornecedores facturas em recepção e conferência		0,0%		0%	- €	n.a.
Fornecedores Títulos a Pagar		0,0%		0%	- €	n.a.
Adiantamentos a Clientes		0,0%		0%	- €	n.a.
Cientes e Utentes c/ Caução de Água		0,0%		0%	- €	n.a.
Administração Autárquica	24 660,97 €	0,1%	39 740,30 €	0%	- 15 079,33 €	-37,9%
Fornecedores de Imobilizado C/C	11 375,10 €	0,1%	42 718,51 €	0%	- 31 343,41 €	-73,4%
Fornecedores de Imobilizado - Locações	- €	0,0%	- €	0%	- €	n.a.
Estado e Outros Entes Públicos	119 340,79 €	0,7%	53 693,05 €	0%	65 647,74 €	122,3%
Outros Credores	540 865,09 €	3,1%	523 578,16 €	3%	17 286,93 €	3,3%
Fornecedores de imobilizado - leasing	48 835,67 €	0,3%	110 346,54 €	0,7%	- 61 510,87 €	-55,7%
	892 929,29 €		1 137 991,02 €		- 245 061,73 €	-21,5%
Acréscimos e Diferimentos						
Acréscimos de Custos	608 537,20 €	3,5%	263 251,66 €	2%	345 285,54 €	131,2%
Proveitos Diferidos	11 973 830,68 €	68,3%	11 439 182,98 €	69%	534 647,70 €	4,7%
	12 582 367,88 €		11 702 434,64 €		879 933,24 €	7,5%
Total do Passivo	17 529 057,11 €	100%	16 482 714,87 €	100%	1 046 342,24 €	6,3%
Total do Capital Próprio e Passivo	60 281 814,93 €		56 860 381,71 €		3 421 433,22 €	6,0%

ANEXO II

RUBRICAS	31 DE DEZEMBRO DE 2014		31 DE DEZEMBRO DE 2013		VARIAÇÃO	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
CUSTOS						
CMVMC	423 140,68 €	2,72%	402 596,63 €	2,70%	20 544,05 €	5,10%
FSE	5 233 942,45 €	33,68%	5 411 135,50 €	36,24%	-177 193,05 €	-3,27%
CUSTOS COM O PESSOAL	5 013 000,88 €	32,26%	4 840 013,40 €	32,41%	172 987,48 €	3,57%
TRANSF. E SUBS. CORR. CONC. E PREST SOCIAIS	750 261,64 €	4,83%	725 058,91 €	4,86%	25 202,73 €	3,48%
AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	3 079 225,25 €	19,81%	2 848 087,98 €	19,07%	231 137,27 €	8,12%
PROVISÕES DO EXERCÍCIO	66 470,99 €	0,43%	0,00 €	0,00%	66 470,99 €	0,00%
OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS	60 854,79 €	0,39%	46 476,84 €	0,31%	14 377,95 €	30,94%
CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS	118 877,89 €	0,76%	46 395,38 €	0,31%	72 482,51 €	156,23%
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	795 863,45 €	5,12%	612 114,05 €	4,10%	183 749,40 €	30,02%
TOTAL	15 541 638,02 €	100,00%	14 931 878,69 €	100,00%	609 759,33 €	4,08%
PROVEITOS						
VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	2 112 697,65 €	11,98%	2 180 575,69 €	11,46%	-67 878,04 €	-3,11%
IMPOSTOS E TAXAS	4 225 787,35 €	23,96%	6 253 568,90 €	32,88%	-2 027 781,55 €	-32,43%
VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
TRABALHOS P/ A PROPRIA EMPRESA	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
PROVEITOS SUPLEMENTARES	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
TRANSFERENCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS	8 068 967,21 €	45,76%	8 827 880,58 €	46,41%	-758 913,37 €	-8,60%
OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS	1 371 574,94 €	7,78%	851 766,26 €	4,48%	519 808,68 €	0,00%
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	45 941,33 €	0,26%	20 959,84 €	0,11%	24 981,49 €	119,19%
PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINARIOS	1 808 265,99 €	10,25%	886 708,70 €	4,66%	921 557,29 €	103,93%
TOTAL	17 633 234,47 €	100,00%	19 021 459,97 €	100,00%	-1 388 225,50 €	-7,30%
RESULTADO LÍQUIDO	2 091 596,45 €			4 089 581,28 €		
RESULTADOS OPERACIONAIS	1 152 130,47 €			3 840 422,17 €		
RESULTADOS FINANCEIROS	-72 936,56 €			-25 435,54 €		
RESULTADO EXTRAORDINÁRIOS	1 012 402,54 €			274 594,65 €		